

A Crise Suscita a Força: Evidências da Resiliência Financeira da Rede EBSERH diante à Crise da Covid-19

ALINE DUARTE DA SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

ANA LUCIA FONTES DE SOUZA VASCONCELOS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

MAURÍCIO ASSUERO LIMA DE FREITAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

RAIMUNDO NONATO RODRIGUES

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE)

Agradecimento à órgão de fomento:

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

A Crise Suscita a Força: Evidências da Resiliência Financeira da Rede EBSEERH diante à Crise da Covid-19

Resumo

Os contextos de crise se revelam como momentos singulares para o aperfeiçoamento, bem como, para a descoberta de um potencial máximo de atuação. Neste sentido, entidades públicas, especificamente, as atuantes na área de saúde, tiveram a oportunidade de demonstrar o seu poder de resistência, de enfrentamento e de superação. O presente estudo objetiva evidenciar a resiliência financeira da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSEERH) diante à crise da COVID-19. Trata-se de um estudo de caso que utilizou método quantitativo para avaliar a vulnerabilidade e a capacidade de antecipação (*proxies* de resiliência) e a correlação destas com a capacidade de enfrentamento ao vírus mensurada pelos procedimentos realizados. A Teoria da Contingência foi utilizada como base teórica para analisar a pandemia como uma situação excepcional. Os dados utilizados foram os divulgados pela EBSEERH por meio da sua Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF), bem como, disponibilizados no Portal da Transparência. Na análise quantitativa, foi realizada uma análise descritiva preliminar, seguida pela aplicação do teste de Correlação de *Spearman* por meio dos *softwares Microsoft Excel e Jamovi*. Os resultados mostram uma correlação entre as variáveis que medem a capacidade de enfrentamento, vulnerabilidade e antecipação, demonstrando, de forma quantitativa, a resiliência financeira da entidade.

Palavras-chave: Evidenciação, Resiliência Financeira, EBSEERH, COVID-19.

1. Introdução

Considerando o contexto das organizações públicas, Barbera *et al.* (2017) indica que quando ocorrem choques ou crises e estas afetam as finanças de governos, a forma com que essas organizações reagem e se recuperam é chamada de resiliência financeira governamental. Este estudo objetiva examinar se a vulnerabilidade e a capacidade de antecipação (*proxies* de resiliência) possuem correlação com a capacidade de enfrentamento ao vírus (mensurada por procedimentos realizados em cada unidade hospitalar vinculada à rede).

Conforme indicado por Barbera *et al.* (2017) e Batista e Cruz (2019), a resiliência financeira governamental em contextos de crises ou choques é caracterizada por dimensões internas e externas, incluindo a vulnerabilidade, a capacidade de antecipação e a capacidade de enfrentamento. Essas dimensões interagem entre si e são cruciais para lidar com as adversidades (Lima; Aquino, 2019).

Segundo Senhoras (2020), a rápida propagação do novo coronavírus em escala global, com alto número de casos, mortes e países afetados, gera forte preocupação quanto à possibilidade de se tornar uma pandemia global com impactos humanos e econômicos ainda maiores do que os já registrados. Diante disso, tornam-se urgentes a securitização transnacional pela Organização Mundial da Saúde e o surgimento de iniciativas de cooperação multilateral científica e tecnológica em maior escala, visto que as políticas econômicas nacionais de liquidez ou flexibilização fiscal oferecem poucas soluções. Nesse cenário, a Ebserh tem como responsabilidade coordenar e avaliar a execução das atividades hospitalares, além de fornecer apoio técnico para o desenvolvimento de ferramentas de melhoria da gestão e distribuição de recursos. Considerando que a pandemia da COVID-19, apesar de ser uma crise sanitária,

também causa impactos econômicos na sociedade, destaca-se a importância de uma gestão eficiente por parte da Ebserh (Martins et al., 2021).

Além de contribuir significativamente para a área de Ciências Contábeis na análise dos efeitos financeiros em crises, este estudo também oferece uma importante contribuição para futuras pesquisas. A fundamentação teórica da Teoria da Contingência foi aplicada à situação excepcional da pandemia. Para delimitar a amostra, utilizou-se dados e as medidas de enfrentamento expostas nos relatos integrados divulgados pela Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF) da Ebserh, disponibilizados no Portal da Transparência. A análise quantitativa foi conduzida por meio de análise descritiva preliminar, teste de Correlação de Spearman, com o uso dos *softwares Microsoft Excel e Jamovi*.

Os achados da pesquisa evidenciam a existência de uma relação entre as variáveis que visam medir a habilidade da entidade em enfrentar desafios, sua vulnerabilidade e sua capacidade de se antecipar a eventos adversos, o que demonstra, de maneira numérica, a sua capacidade de se recuperar e resistir a dificuldades financeiras.

3. Referencial Teórico

Um perigo invisível, um tempo de incertezas, um silêncio ensurdecedor se abateu sobre as cidades e países - uma crise de dimensões mundiais, mas que todos, individualmente, puderam e ainda podem sentir. Conforme a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2022), em junho de 2022, foram cerca de 532 milhões de casos confirmados no mundo. Destes, 6 milhões de mortes reportadas e 11.854.673.610 doses da vacina administradas. Os dados da *World Health Organization (WHO, 2022)* apontam que o continente Europeu possui o maior número de casos confirmados até o momento, em segundo lugar, está a América e, por último, consta a África. No Brasil, segundo o Ministério da Saúde (MS, 2022), em plataforma específica para divulgação e acompanhamento pela população dos dados da COVID-19, foram mais de 31 milhões de casos confirmados.

É fundamental abordar a causa deste evento que já marcou, significativamente, a história. Consoante informações publicadas pelo governo brasileiro (Brasil, 2022), a COVID-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um betacoronavírus descoberto em amostras de lavado broncoalveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. Diante das proporções expostas, “é preciso unir nossas forças, coordenar nossas respostas e cooperar [...] tivemos, sem dúvida, medidas de controle, de fechamento de fronteiras, mas será preciso tomá-las como europeus, em escala europeia, pois é nesta escala que construímos nossas liberdades e proteções”, este foi o pronunciamento realizado pelo presidente da França em março de 2020, Emmanuel Macron.

De acordo com Schmidt, Mello e Cavalcante (2020), a crise gerada pelo vírus tem sido caracterizada por desafios complexos em todas as áreas de políticas públicas e por uma necessidade de mobilização, articulação e coordenação entre diversos atores em um curto e médio prazo, sem precedente

Em meio a essa situação excepcional, é importante destacar o papel do Estado brasileiro na diversidade de estruturas institucionais existentes, sendo relevante abordar a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) em resposta ao Movimento de Reforma Sanitária. Conforme afirmado por Feuerwerker (2014), a estruturação do SUS está em conformidade com um

"modelo de democracia baseado na defesa da igualdade (universalidade, equidade), a garantia da saúde como direito individual ao lado da construção do poder local fortalecido pela gestão democrática; a reconceitualização da saúde, [...] com o reconhecimento da determinação social no processo saúde-doença" (p. 70).

Tonelotto (2019) destaca que a partir da decisão de criação do Sistema Único de Saúde (SUS), foi instituída a descentralização vertical das responsabilidades entre o governo federal, Estados, municípios e o Distrito Federal, com critérios baseados na complexidade dos serviços e na proximidade com a população. A atenção básica é de responsabilidade dos municípios, enquanto a atenção de média e alta complexidade é provida pelos Estados e pelo governo federal. Além disso, com a adoção do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado em 1995, o serviço de saúde entrou para o rol daqueles que podem ser prestados por meio da publicização dos serviços públicos não exclusivos do Estado. Segundo Tonelotto et al. (2019), o serviço de saúde é de evidente relevância na vida dos cidadãos e, ao longo das últimas duas décadas, foram instituídos dois modelos distintos de gestão para o provimento desses serviços: o modelo de Administração Direta (AD) e o modelo de Organização Social de Saúde (OSS).

Nesta seara, destaca-se o papel dos Hospitais Universitários Federais (HUFs), os quais são importantes centros de formação de recursos humanos na área da saúde e prestam apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão das instituições federais de ensino superior às quais estão vinculados. Além disso, no campo da assistência à saúde, os HUFs são centros de referência de média e alta complexidade para o Sistema Único de Saúde (SUS). É válido ressaltar que a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, uma das importantes medidas tomadas pelo Governo Federal no intuito da reestruturação dos hospitais vinculados às instituições federais de ensino superior. Por intermédio do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf), foram realizadas ações visando garantir a recuperação física e tecnológica, bem como, atuar na reestruturação do quadro de recursos humanos das unidades. A partir da criação da rede, a instituição se configurou como responsável pela gestão de hospitais universitários federais. É preponderante reiterar suas atribuições, estas são: a coordenação e avaliação da execução das atividades dos hospitais; o apoio técnico à elaboração de instrumentos de melhoria da gestão e a elaboração da matriz de distribuição de recursos para os hospitais. A rede de hospitais universitários federais é formada por 50 hospitais vinculados a 35 universidades federais. Destes, 40 hospitais são vinculados à empresa.

Deste modo, estas organizações tiveram que empregar toda sua força de gestão na elaboração de estratégias de operacionalização eficientes e eficazes para execução dos procedimentos necessários ao atendimento da população, assim como tomar decisões assertivas ao nível contábil-financeiro, a fim de dar continuidade a sua missão, sustentabilidade às suas ações neste momento crucial. Sob a ótica da Contabilidade, elas (as organizações) tiveram que aplicar um plano de ação dotado de efetividade, tomaram decisões estratégicas que estão evidenciadas em suas demonstrações financeiras contábeis. Neste sentido, é válido ressaltar que “no ano de 2020, o Ministério da Saúde voltou-se verticalmente para a pandemia e o poder executivo adotou três frentes para a condução da política de saúde pública por meio de ações de governo que destacamos: o protagonismo dos governadores; o falso dilema entre a economia e a saúde e, por fim, a militarização do Ministério da Saúde” (Sodré, 2020). Em seu ensaio para a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o autor faz as críticas citadas acima ao longo da reconstituição dos primeiros movimentos governamentais, destacando o afastamento do governo federal e a conferência do espaço para a iniciativa privada.

Segundo Tonelotto et al. (2020), os Hospitais Universitários Federais (HUFs) desempenham um importante papel na formação de recursos humanos na área da saúde, assim

como no apoio ao ensino, pesquisa e extensão das instituições federais de ensino superior. Além disso, os HUFs são centros de referência de média e alta complexidade para o Sistema Único de Saúde (SUS). Como parte do esforço de reestruturação dos hospitais vinculados às instituições federais de ensino superior, o Governo Federal criou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, que, por meio do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf), atuou na recuperação física e tecnológica dos hospitais, bem como na reestruturação do quadro de recursos humanos. A rede de hospitais universitários federais é formada por 50 hospitais vinculados a 35 universidades federais, sendo que 40 desses hospitais são gerenciados pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, que tem como atribuições a coordenação e avaliação das atividades dos hospitais, o apoio técnico à gestão e a distribuição de recursos para os hospitais (Tonelotto et al., 2020).

De acordo com Sodré e Bussinguer (2018), a gestão dos serviços de saúde foi repassada às organizações sociais de saúde (OSSs) nos Estados que compõem o principal eixo econômico do Brasil durante quase duas décadas. Isso significa que a gestão da epidemia de Covid-19 está nas mãos de uma gestão indireta e terceirizada, pactuada entre os Estados e as OSSs. O governo federal responsabilizou as secretarias estaduais por direcionar recursos financeiros, monitorar e fiscalizar as OSSs para verificar se cumprem as demandas agora destinadas aos hospitais, UPAs e SAMU, como destacado por Sodré (2020). Na esfera federal, a maioria dos governadores optou pela transferência direta de recursos financeiros para organizações sociais ou pela compra de leitos em hospitais privados.

Outra crítica apontada é o "falso dilema entre economia e saúde", que criou um hiato entre as medidas de contenção do contágio e o prejuízo do crescimento econômico. Além disso, a "militarização do Ministério da Saúde" foi vista como um problema, já que houve a troca de um quadro técnico por militares. Diante desses aspectos políticos, o presente trabalho concentra sua atenção nos hospitais vinculados à EBSEH, que em um contexto pandêmico recebem recursos do Ministério da Saúde (SUS e COVID-19), de fonte própria, do Ministério da Educação e do Tesouro. Segundo a Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF), em relação aos dados da COVID-19, foram adotadas algumas medidas provisórias para abertura de crédito extraordinário em favor dos ministérios da Educação e da Saúde.

Outra crítica apontada é o "falso dilema entre economia e saúde", que criou um hiato entre as medidas de contenção do contágio e o prejuízo do crescimento econômico. Além disso, a "militarização do Ministério da Saúde" foi vista como um problema, já que houve a troca de um quadro técnico por militares. Diante desses aspectos políticos, o presente trabalho concentra sua atenção nos hospitais vinculados à EBSEH, que em um contexto pandêmico recebem recursos do Ministério da Saúde (SUS e COVID-19), de fonte própria, do Ministério da Educação e do Tesouro. Segundo a Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF), em relação aos dados da COVID-19, foram adotadas algumas medidas provisórias para abertura de crédito extraordinário em favor dos ministérios da Educação e da Saúde.

Neste sentido, em uma abordagem conceitual, a referida crise suscita a demonstração de força, de resiliência, palavra que possui muitos significados e usos em distintas áreas do conhecimento, relacionando-se com um espaço voltado para políticas públicas provenientes de todos os níveis de governo e de contextos políticos distintos (Duit, 2016). Saliterer *et al.* (2017) explicam que a resiliência se refere à capacidade organizacional de recuperar crises e reduzir riscos. Diante um contexto de crise tal como se configurou a da COVID-19, alguns aspectos devem ser observados e ressaltados.

Este estudo aborda, especificamente, o aspecto financeiro, a reação financeira, também

denominada de resiliência financeira, este conceito nos remete aos denominados choques, os quais representam quaisquer eventos externos ou internos inesperados, cujos impactos tenham sido significativos e duradouros nas finanças de uma organização, afetando negativamente sua posição financeira e possivelmente ameaçando sua sobrevivência (Saliterer; Jones; Steccolini, 2017).

De acordo com Saliterer, Jones e Steccolini (2017), a capacidade de antecipação pode ser aprimorada por meio de processos de monitoramento interno e externo, que podem ser integrados em uma estrutura de planejamento financeiro de médio prazo ou serem adicionados ao longo do tempo. A resiliência, que engloba aspectos econômicos, gerenciais, organizacionais e financeiros, é fundamental para enfrentar esses desafios. Estudos como os de Burns e Stalker (1961), Chandler (1962) e Woodward (1965) foram pioneiros na identificação de variáveis contingenciais que afetam os resultados e a estrutura das organizações. Esses estudos foram a base para o desenvolvimento da Teoria da Contingência, que reconhece a importância dos fatores situacionais, tanto internos quanto externos, na abordagem contingencial (Guerra, 2007).

Padovani, Du Boys, e Monti (2017) destacam a importância de evidenciar os fatores externos relacionados às incertezas econômicas e políticas, à evolução dos subsídios nacionais, ao nível de pobreza econômica local e à atratividade territorial na evidência de vulnerabilidades em momentos de crise.

No que tange à capacidade de antecipação pode incluir processos de monitoramento interno e externo, os quais tem a possibilidade de ocorrer em uma estrutura de planejamento financeiro de médio prazo ou serem incrementadas ao longo do tempo (Saliterer; Jones; Steccolini, 2017). Este enfrentamento sucinta outro aspecto a denominada resiliência em todos os aspectos: econômica, gerencial, organizacional e financeira. Burns e Stalker (1961), Chandler (1962) e Woodward (1965), este buscaram identificar como variáveis contingenciais (por exemplo: ambiente, tecnologia e a estratégia) impactavam nos resultados e na estrutura das empresas. Nesse sentido, é interessante ressaltar que estes foram os estudos preliminares da Teoria da Contingência (Guerra, 2007). Conforme Guerra (2007), há fatores situacionais, encontrados tanto no ambiente interno, quanto no externo, os quais precisam ser considerados quando da abordagem contingencial.

De acordo com a literatura, a vulnerabilidade financeira de uma organização pode ser caracterizada por diversas variáveis, tais como o nível de rigidez nas despesas de pessoal, a dependência de transferências intergovernamentais, o nível de endividamento, a saúde financeira, a pobreza da população, a atratividade para empreendimentos, o nível de arrecadação de receitas, a dependência de financiamento externo, a taxa de crescimento populacional, a existência de déficits orçamentários, o percentual de envelhecimento da população, a qualidade do processo orçamentário, a solvência do plano de seguridade social, a localização geográfica e a baixa autonomia financeira (Aquino & Cardoso, 2017; Barbera, 2017; Cohen & Hlepas, 2017; Du Boys, 2017; Korac et al., 2017; Overmans, 2017; Papenfuß et al., 2017; Wällstedt & Almqvist, 2017).

Segundo Junqueira (2010), a Teoria da Contingência estabelece que as organizações influenciam e são influenciadas pelo ambiente externo, o qual é representado por variáveis independentes. Por outro lado, o ambiente interno é composto por fatores que representam variáveis dependentes e controláveis, e que podem ser remodelados pelo ambiente em determinado momento.

De acordo com Donaldson (1999), não existe uma estrutura organizacional universalmente eficaz para todas as organizações, sugerindo que as estruturas devem ser adaptadas às necessidades específicas de cada empresa. Além disso, é importante considerar que todas as áreas da organização foram impactadas pelo aumento repentino de um problema específico, cuja solução ainda era desconhecida na época.

3. Metodologia

Adotou-se a estratégia de pesquisa documental e quantitativa, no intuito de alcançar o objetivo proposto, o qual é examinar se a vulnerabilidade e a capacidade de antecipação (*proxies* de resiliência) possuem correlação com a capacidade de enfrentamento ao vírus (mensurada por procedimentos realizados em cada unidade hospitalar vinculada à rede) dos dos Hospitais Universitários Federais vinculados à EBSEH no enfrentamento da crise financeira da pandemia da Covid-19 no período de 2020 a 2021.

De acordo com Gil (2002), as pesquisas descritivas têm como objetivo principal descrever as características de uma população ou fenômeno, ou estabelecer relações entre variáveis. Neste estudo, foram utilizadas as informações dos relatos integrados para examinar as ações tomadas durante o período investigado. Ademais, para aplicação do método de correlação, foram utilizados dados divulgados na plataforma virtual da EBSEH pela DOF e disponibilizados no Portal da Transparência referentes aos anos de 2020 e 2021. (Adaptado).

3.1 Base de dados

Para a pesquisa documental, foram utilizadas as informações divulgadas nos relatos integrados para verificar as medidas de enfrentamento e definir quais variáveis da análise quantitativa poderiam ser utilizadas no modelo escolhido e adaptado de Batista e Cruz (2019). Esses relatos foram publicados na plataforma virtual específica destinada às informações da EBSEH no portal do Ministério da Educação.

Quanto aos dados quantitativos, estes foram extraídos do painel de informações orçamentárias e financeiras. O painel interativo utiliza a ferramenta *Business Intelligence* (BI) e foi desenvolvido pela Diretoria de Orçamento e Finanças (DOF), cuja atualização ocorre diariamente, conforme ratificado pela própria empresa.

Optou-se pela utilização desses dados, dado que não constam dados mensais referentes aos hospitais vinculados à empresa, especialmente os dados necessários para a geração dos indicadores definidos no modelo a ser aplicado.

Nesse sentido, é pertinente apresentar as limitações encontradas para a aplicação do modelo adaptado: as informações incompletas inerentes a cada hospital vinculado e a falta de dados mensais necessários para a geração dos indicadores mais robustos.

Diante disso, os dados utilizados para a realização da correlação foram os dados anuais referentes a cada hospital durante o período de 2020 e 2021 (início e momento de plena crise pandêmica). Os resultados são oriundos de dados consolidados anuais provenientes do painel publicado pela DOF.

3.2 Método

3.2.1 Variáveis da pesquisa

Objetivando atingir o escopo deste estudo, foi definida a variável dependente “Capacidade de enfrentamento (Prod)”, a qual remete a um indicador de produção dos hospitais, calculado pelo somatório de elementos que representam a operação dos hospitais durante o período pandêmico.

Com relação às variáveis independentes, foram estabelecidos os indicadores de vulnerabilidade, representado pela ‘rigidez orçamentária’ e o ‘grau de endividamento’. E a capacidade de antecipação, cujos dados utilizados, assim como, os cálculos realizados para sua obtenção estão descritos na tabela abaixo. É válido ressaltar que o modelo de resiliência financeira abaixo foi adaptado do estudo realizado por Batista e Cruz (2019).

Tabela 1 Variáveis dependente e independentes

Variável	O que mensura	Cálculo
Prod¹	Somatório dos procedimentos realizados por unidade hospitalar	(Consultas + Exames de imagem + Exames Laboratoriais + Cirurgias + Internações + Programa de Residência + Leitos)
RigOrc²	Grau de rigidez orçamentária	Despesa com pessoal (CLT + RJU) ÷ Receita de produção SUS
End³	Grau de endividamento dos hospitalar	Restos a pagar (RAP à liquidar) ÷ Receita de produção SUS
CGPP⁴	Capacidade de geração de superávit	(Receita de produção SUS – Despesas empenhadas) + Receita de produção SUS

Legenda(s): (1) Prod; (2) RigOrc: Rigidez orçamentária; (3) End: Endividamento; e (4) CGPP: Capacidade de geração de superávit. Fonte: Adaptado pela autora a partir de Batista e Cruz (2019).

Após o levantamento e o tratamento dos dados, foi realizada a análise de correlação entre as variáveis constantes. A análise de correlação visa medir a força ou o grau de relacionamento entre as variáveis (Corrar; Paulo; Dias Filho, 2007). Assim, procurou-se demonstrar o nível de interação entre as dimensões da resiliência financeira, que se manifesta por meio da combinação dinâmica entre tais dimensões, conforme a literatura referenciada.

Associado a este procedimento, os dados em painel podem ser usados para examinar questões que não podem ser estudadas usando-se apenas dados de séries de tempo ou transversais (Kennedy, 2009). A utilização dessa técnica de análise teve por propósito a observância do comportamento das variáveis explanatórias em relação às variáveis dependentes, sob a perspectiva da resiliência financeira. Para atingir os objetivos do presente estudo, os dados organizados em painel balanceado tiveram os hospitais como os elementos transversais e os anos compreendidos entre 2020-2021, os elementos temporais. As estimações foram realizadas por meio dos *softwares Excel e Jamovi*.

3.2.2 Análise de dados

No intuito de realização da análise dos dados da pesquisa, realizou-se por meio da análise descritiva e da Correlação de *Spearman*, utilizando dados divulgados pela DOF e, em consonância, com os elementos localizados nos relatos integrados do período.

Com relação à tabulação dos dados, esta foi realizada no *software Microsoft Excel*. Quanto à Correlação foi desenvolvida por meio do *software* estatístico *Jamovi*.

4 Análise dos Resultados

4.2 Análise quantitativa preliminar

Outrossim, é interessante expor os valores inerentes à estatística descritiva referentes aos indicadores no modelo adaptado.

Tabela 2 Estatística descritiva das variáveis

	Prod	RigOrc	End	GCPP
Média	406286,4744	25422407,39	0,050710674	-2631780,273
Erro padrão	36281,73129	9615964,976	0,009675614	1572179,077
Mediana	322433	85,89349996	0,013952125	0
Modo	0	0	0	0
Desvio padrão	320431,5746	84925903,16	0,085452711	13885109,64
Variância da amostra	1,02676E+11	7,21241E+15	0,007302166	1,92796E+14
Curtose	0,397769296	32,05375939	8,799178284	29,62333301
Assimetria	0,942772216	5,181337094	2,830090769	-5,465006527
Intervalo	1337840	619083033,1	0,434344096	84602633,28
Mínimo	0	-682021,7493	0	-84602633,16
Máximo	1337840	618401011,3	0,434344096	0,116147055
Soma	31690345	1982947776	3,955432571	-205278861,3
Contagem	78	78	78	78
Nível de confiança (95,0%)	72246,15691	19147832,52	0,019266609	3130608,497

Fonte: Elaborado pela autora utilizando o *Microsoft Excel* (2022).

Destaca-se que a partir da estatística descritiva acima, que diante das 78 observações a um nível de significância de 5% (grau de confiança de 95%), que não há entre os indicadores valores que se repetem, isto é, não há uma moda. Outro ponto a destacar é que não foram evidenciados pontos mínimos entre os indicadores. Quanto ao desvio padrão, o maior se refere à variável *RigOrc*, este também apresenta a maior variância. É possível inferir que isso se deva aos dados utilizados para construção deste indicador (Despesas com pessoal), considerando que estas despesas representam um dos maiores valores empenhados e pagos.

4.2.1 Correlação de *Spearman*

Conforme indicado na metodologia, a partir do modelo definido (adaptado de Batista e Cruz), fez-se a aplicação do teste de Correlação de *Spearman* para verificar a correlação entre os indicadores.

Tabela 3 Matriz de Correlações

		Prod	RigOrc	End	GCPP
Procedimentos	Rho de Spearman	—			
	p-value	—			
RigOrc	Rho de Spearman	-0.222	—		
	p-value	0.051	—		
End	Rho de Spearman	0.069	-0.295	—	
	p-value	0.547	0.009	—	
GCPP	Rho de Spearman	-0.349	0.438	-0.036	—
	p-value	0.002	<.001	0.755	—

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados extraídos da DOF.

Considerando a premissa que a Correlação de *Spearman* é uma medida não paramétrica, a qual evidencia a dependência das variáveis, cujos resultados mais próximos de -1 ou 1 apresentam maior força e os que estão próximos de zero (0) implicam em correlações mais fracas. Verifica-se quanto à vulnerabilidade que a rigidez Orçamentária (*RigOrc*) apresenta uma correlação fraca com relação variável que representa o somatório dos procedimentos, isto é, a capacidade de enfrentamento. A variável endividamento (*End*) contribui para essa correlação fraca. Com relação ao indicador de capacidade de geração (GCPP) de superávit, este apresenta uma correlação mais forte com as demais variáveis. Ademais, o valor-p < 0,05 indica que se pode rejeitar a hipótese nula.

5 Considerações Finais

O presente estudo identificou que há correlação entre as variáveis estudadas, esta se mostra moderada entre os indicadores de vulnerabilidade e antecipação. A partir dos testes, é possível verificar a tomada de decisão rápida e a preparação orçamentária após o choque inicial. As medidas adotadas tiveram continuidade e aperfeiçoamento durante o período, demonstrando uma capacidade de enfrentamento eficaz.

Dentre as limitações do estudo estão as informações incompletas inerentes a cada hospital, os dados consolidados trimestrais nas demonstrações financeiras divulgadas pela rede, bem como, o fato de não constar dados mensais necessários a geração dos indicadores utilizados no modelo definido.

Os resultados deste estudo indicam que houve resiliência financeira em decorrência de uma correlação, em média, moderada. Espera-se que os resultados deste estudo possam contribuir para o melhor a percepção dos pontos que podem ser mantidos ou melhorados no âmbito da saúde, sobretudo, em uma instituição de ensino, tais como, são os hospitais vinculados a Ebserh.

Referências

- Abbade, E. B. (2022). O impacto da gestão EBSEH na produção dos hospitais universitários do Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27(3), 999–1013. <https://doi.org/10.1590/1413-81232022273.44562020>.
- Aquino, André C. B. de; Cardoso, Ricardo Lopes. Financial Resilience in Brazilian Municipalities. In: STECCOLINI, Ileana; JONES, Martin; SALITERER, Iris (Orgs.). *Governmental Financial Resilience (Public Policy Governance)*. Bingley: Emerald Publishing Limited, 2017. v. 27. p. 53–71. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/10.1108/S2053-769720170000027004>>. Acesso em: 12 out 2022.
- Batista, A.; Da Cruz, C. Resiliência financeira governamental: evidências nos estados brasileiros. *Revista Cadernos de Finanças Públicas*, Brasília, v. 19, n. 3, p. 1-67. 2019. Disponível em: <https://publicacoes.tesouro.gov.br/index.php/cadernos/article/view/65/45>. Acesso em: 10 outubro de 2020.
- Barbera, C. (2017). Patterns of Financial Resilience in Italian Municipalities. *Public Policy and Governance*, 153–171. <https://doi.org/10.1108/s2053-769720170000027009>.
- Barbera, Carmela et al. Governmental financial resilience under austerity in Austria, England and Italy: How do local governments cope with financial shocks? *Public Administration*, v. 95, n. 3, p. 670–697, set. 2017. Disponível em: <<http://doi.wiley.com/10.1111/padm.12350>>. Acesso em: 12 out 2022.
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70. (Obra original publicada em 1977).
- Bedford, Norton M; Baladouni, Vahe. A communication theory approach to accounting. *The Accounting Review*. Sarasota, p. 650-659, 1962.
- Bertero, C. O. Nota técnica: teoria da contingência estrutural. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. (Org.). *Handbook de Estudos Organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1999.
- Burns, T.; Stalker, G. M. *The management of innovation*. London: Tavistock, 1961.
- Chandler, A. D. *Strategy and Structure : chapter in the history of the industrial enterprise*. Massachusetts: The M.I.T. Press, 1962.
- Castro, B.; Oliveira, J.; Morais, L.; Gai, M. Covid-19 e organizações: estratégias de enfrentamento para redução de impactos. *Revista Psicologia: Organizações & Trabalho*, v. 20, n. 3, p. 1059-1063, 2020.
- Cohen, Sandra; Hlepas, Nikolaos. Financial Resilience of Greek Local Governments. In: Steccolini, Ileana; Jones, Martin; Saliterer, Iris (Orgs.). *Government al Financial Resilience (Public Policy Governance)*. Bingley: Emerald Publishing Limited, 2017.

- v. 27. p. 135–152. Disponível em:
<<http://www.emeraldinsight.com/doi/10.1108/S2053-769720170000027008>>. Acesso em: 12 out 2022.
- Donaldson, L. Teoria da Contingência estrutural. In: CLEGG, S.R. et al. Handbook de estudos organizacionais : modelos e novas questões em estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1999.
- Dias Filho, J. M. Linguagem Utilizada na Evidenciação Contábil: uma Análise de sua compreensibilidade à Luz da Teoria da Comunicação. Revista Contabilidade e Finanças, v. 13, n.24, p.38-49.
- Du Boys, Céline. Resilience Patterns of French Municipalities: A Case Study. In: STECCOLINI, Ileana; JONES, Martin; SALITERER, Iris (Orgs.). Governmental Financial Resilience (Public Policy Governance) . Bingley: Emerald Publishing Limited, 2017. v. 27. p. 93– 113. Disponível em:
<<https://www.emeraldinsight.com/doi/abs/10.1108/S2053-769720170000027006>>. Acesso em: 12 out 2022.
- Duit, Andreas. Resilience Thinking in Public Administration Research and Practice. Public Administration, v. 94, n. 2, p. 364–380, jun. 2016. Disponível em:
<<http://doi.wiley.com/10.1111/padm.12182>>. Acesso em: 12 out 2022.
- Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Retrieved August 31, 2022, from <http://www.ebserh.gov.br/>
- Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares. Retrieved August 31, 2022, from <https://www.gov.br/ebserh/pt-br/hospitais-universitarios/regiao-centro-oeste/hc-ufg/ensino-e-pesquisa/pesquisa>.
- Fachin, O. (2005). Fundamentos de Metodologia. 5. ed. Revisada. São Paulo: Saraiva.
- Fields, T. D., Lys, T. Z., Vincent, L. Empirical research on accounting choice. Journal of Accounting and Economics, 31, 2001.
- Lambert, Richard A. Contracting theory and accounting . Journal of Accounting and Economics. New York:v. 32, n.1-3, p.3-87, dec. 2001.
- Gamerschlag, R., Möller, K., & Verbeeten, F. (2011). Determinants of voluntary CSR disclosure: Empirical evidence from Germany. Review of Managerial Science, 5(2), 233–262.
- Guerra, A. R. Arranjos entre fatores situacionais e sistema de contabilidade gerencial sob a ótica da teoria da contingência. 2007. Dissertação. (Mestrado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- Gil, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas.

- Godoy, J., & Raupp, F. (2017). Uso de Artefatos de Contabilidade Gerencial por Organizações Sem Fins Lucrativos: um Estudo Multicasos à Luz da Teoria da Contingência. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 12(3), 70-87. doi: https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v12i3.14166
- Governmental Financial Resilience (Public Policy Governance). Bingley: Emerald Publishing Limited, 2017. v. 27. p. 187– 205. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/10.1108/S2053-769720170000027011>>. Acesso em: 12 out 2022.
- Korac, Sanja; Saliterer, Iris; Scorsone, Eric. Financial Resilience at the Root of the Crisis – Michigan, U.S. In: STECCOLINI, Ileana; JONES, Martin;
- Saliterer, Iris (Orgs.). *Governmental Financial Resilience (Public Policy Governance)*. Bingley: Emerald Publishing Limited, 2017. v. 27. p. 207–227. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/10.1108/EL-01-2017-0019>>. Acesso em: 12 out 2022.
- Jamovi project (2022). jamovi. (Version 2.3) [Computer Software]. Retrieved fro.
- Jones, Martin;Saliterer, Iris (Orgs.).*Governmental Financial Resilience (Public Policy Governance)*. Bingley: Emerald Publishing Limited, 2017. v. 27. p. 207– 227. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/10.1108/EL-01-2017-0019>>. Acesso em: 01 dez. 2022.
- Li, Y., Richardson, G. D., & Thornton, D. B. (1997). Corporate disclosure of environmental liability information: Theory and evidence. *Contemporary Accounting Research*, 14(3), 435–474.
- Lima, E. de B. ., Melo, D. de C. P. de ., & Cavalcanti, D. E. de S. . (2022). Relato Integrado e Indicadores Gri: Um Enfoque na Estrutura e na Contabilidade Ambiental no Terceiro Setor. *Revista Ibero-Americana De Humanidades, Ciências E Educação*, 8(4), 120–142. <https://doi.org/10.51891/rease.v8i4.5037>
- Martins, G. estudo de caso: uma reflexão sobre a aplicabilidade em pesquisas no Brasil. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 2, n. 2, p. 8-18, 2008.
- Martins, L.; Soares, T.; Silva, P.; Silva, A. Resiliência Financeira Governamental e Enfrentamento à Covid-19. *Revista Gestão Organizacional*, Brasília, v. 14, n. 3, p. 117-130. 2021. Disponível em: [dx.doi.org/10.22277/rgo.v14i1](https://doi.org/10.22277/rgo.v14i1). Acesso em: 01 out 2022.
- Moura, G., Camargo, T., & Zanin, A. (2017). Competitividade de Mercado e Gerenciamento de Resultados: Um estudo sob a ótica da teoria da contingência. *Revista de Ciências Da Administração*, 19(49), 86-101.

- Murcia, F. D., Rover, S., Lima, I., Fávero, L. P. L., & Lima, G. A. S. F. de. (2008). 'Disclosure Verde' nas Demonstrações Contábeis : Características da Informação Ambiental e Possíveis Explicações para a Divulgação Voluntária. *Revista UnB Contábil*, 11(1–2), 260–278.
- Microsoft Power BI. (n.d.). App.powerbi.com. Retrieved August 31, 2022, from <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiY2U1NTEyOTUtM2I1ZC00OWI2LWE3MDMtMmQ0YzViMGQ5MDk3IiwidCI6IjY0ZDM0ZGRkLWFmZjAtNGQ5NS1iN2YxLTA3MzRhNWM4NDVINSJ9>
- Pae, S. Selective disclosures in the presence of uncertainty about information endowment. *Journal of Accounting and Economics*. v. 39, p. 383-409, 2005.
- Papenfuß, Ulf; Saliterer, Iris; Albrecht, Nora. A Cushioned Impact of the Financial Crisis – Local Government Financial Resilience in Germany. In: Steccolini, Ileana; Jones, Martin; Saliterer, Iris (Orgs.). *Governmental Financial Resilience (Public Policy Governance)*. Bingley: Emerald Publishing Limited, 2017. v. 27. p. 115–134. Disponível em: <<http://www.emeraldinsight.com/doi/10.1108/S2053-769720170000027007>>. Acesso em: 12 out 2022
- Pike, Andy; Dawley, Stuart; Tomaney, John. Resilience, adaptation and adaptability. *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, v. 3, p. 59–70, mar. 2010. Disponível em: <<https://academic.oup.com/cjres/article/lookup/doi/10.1093/cjres/rsq001>>. Acesso em: 19 out.. 2022.
- Resiliência Financeira Governamental: Evidências nos Estados Brasileiros | Cadernos De Finanças Públicas. (2022). *Publicacoes.tesouro.gov.br*. <https://publicacoes.tesouro.gov.br/index.php/cadernos/article/view/65/45>
- Rupley, K. H., Brown, D., & Marshall, S. (2017). Evolution of corporate reporting: From stand-alone corporate social responsibility reporting to integrated reporting. *Research in Accounting Regulation*, 29(2), 172–176
- Rodrigues De Souza, A., & Soares, L. (n.d.). Resiliência Financeira Governamental: *Efeitos da Crise Pandêmica da Covid-19 em uma Instituição de Ensino Federal*. Retrieved August 31, 2022, from https://eventos.ufu.br/sites/eventos.ufu.br/files/documentos/contufu2021.completo0029_0.pdf.
- Santos JL, Lanzoni GM, Costa MF, Debetio JO, Sousa LP, Santos LS, et al. Como os hospitais universitários estão enfrentando a pandemia de COVID-19 no Brasil?. *Acta Paul Enferm*. 2020;33:eAPE20200175.
- Saliterer, I., Jones, M., & Steccolini, I. (2017). Introduction: Governments and Crises. *Public Policy and Governance*, 1–16. <https://doi.org/10.1108/s2053-769720170000027001>

- Santos, J. L. G. dos, Lanzoni, G. M. de M., Costa, M. F. B. N. A. da, Debetio, J. O., Sousa, L. P. de, Santos, L. S. dos, Marcelino, T. B., & Mello, A. L. S. F. de. (2020). Como os hospitais universitários estão enfrentando a pandemia de COVID-19 no Brasil? *Acta Paulista de Enfermagem*, 33. <https://doi.org/10.37689/acta-ape/2020AO01755>
- Santos, J. L. G. dos, Erdmann, A. L., Meirelles, B. H. S., Lanzoni, G. M. de M., Cunha, V. P. da, & Ross, R. (2017). Integração Entre Dados Quantitativos E Qualitativos Em Uma Pesquisa De Métodos Mistos. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 26(3). <https://doi.org/10.1590/0104-07072017001590016>
- Senhoras, E. M. . (2020). Novo Coronavírus E Seus Impactos Econômicos No Mundo. *Boletim De Conjuntura (BOCA)*, 1(2), 39–42. <https://doi.org/10.5281/zenodo.3761708>
- Verrecchia, R. E. Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*. v. 32, p. 97-180, 2001.
- Villiers, C., & Sharma, U. (2018). A critical reflection on the future of financial, intellectual capital, sustainability and integrated reporting. *Critical Perspectives on Accounting*.
- Villiers, C. de, & Staden, C. J. van. (2011). Where firms choose to disclose voluntary environmental information. *Journal of Accounting and Public Policy*, 30(6), 504–525.
- Wällstedt, Niklas; Almqvist, Roland. *Financial Resilience: The Swedish Case*.
In: STECCOLINI, Ileana; JONES, Martin; SALITERER, Iris (Orgs.).
- Wolman, H., Wial, H., Clair, T. St., & Hill, E. (2017). *Coping with Adversity: Regional Economic Resilience and Public Policy*. Cornell University Press. <http://www.jstor.org/stable/10.7591/j.ctt1w0dc2v>
- World Health Organization. (2022). Coronavirus disease (COVID-19) pandemic. World Health Organization. <https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019>.
- Woodward, J. *Industrial Organization : Theory and practice*. Londres. Oxford University Press, 1965.
- Yin, R. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 3º edição. Porto Alegre: Bookman, 2005.